



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1012614-15.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Repetição de indébito**  
 Requerente: **Centro de Radioterapia de São Carlos S/s**  
 Requerido: **Fazenda Pública do Estado de São Paulo**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídico-Tributária c/c Repetição de Indébito Tributário, proposta por **CENTRO DE RADIOTERAPIA DE SÃO CARLOS**, em face da **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, na qual busca a isenção do ICMS-Importação para equipamento médico-hospitalar, destinado à realização de exames radiológicos, o qual a ré lhe imputou, em virtude de aquisição realizada em 2014, no importe de R\$ 499.233,12, já tendo buscado a isenção, no âmbito administrativo, sem êxito, fazendo jus, então à repetição do indébito tributário.

A inicial veio instruída com Procuração (fl. 21) e os documentos de fls. 22-164.

A Fazenda do Estado de São Paulo contestou, às fls. 175-192, arguindo, em síntese, que: a) a isenção de ICMS seria concedida se o autor demonstrasse, nos termos do art. 146, do Anexo I do RICMS, que os usuários da rede pública de saúde seriam os beneficiados do equipamento importando, bastando, para isso, estar integrada à rede assistencial do SUS; b) toda entrada de bens provenientes do exterior, seja qual for a destinação, fica sujeita à incidência de ICMS.

Houve réplica.

**É O RELATÓRIO.**

**PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.**

Procedo ao pronto julgamento, pois a matéria é unicamente de direito e os fatos relevantes a seu deslinde têm prova documental encartada nos autos.

O pedido não comporta acolhimento.

Nos termos do artigo 155, § 2º, IX, alínea “a”, da Constituição Federal, cuja nova redação foi determinada pela Emenda Constitucional nº 33 de 2001, incidirá o ICMS “*sobre a entrada de bem ou mercadoria importados do exterior por pessoa física ou jurídica, ainda que*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

*não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade, assim como sobre o serviço prestado no exterior, cabendo o imposto ao Estado onde estiver situado o domicílio ou o estabelecimento do destinatário da mercadoria, bem ou serviço”.*

No caso em exame, a importação se deu no ano de 2014, isto é, já sob a égide da referida emenda constitucional.

Após a EC 33/2001, é pacífico o entendimento do STJ, cuja ementa abaixo o exemplifica, de que incide ICMS à pessoa física ou jurídica que importe produtos, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto:

*AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. ICMS. IMPORTAÇÃO REALIZADA APÓS A EC 33/2001. CONTRIBUINTE NÃO HABITUAL. INCIDÊNCIA. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE SE ENCONTRA EM CONSONÂNCIA COM A ORIENTAÇÃO DA 1A. SEÇÃO DESTA STJ. AGRAVO REGIMENTAL DA SERDIL SERVIÇO ESPECIALIZADO EM RADIODIAGNOSTICO LTDA. DESPROVIDO. 1. A Primeira Seção desta Corte tem entendido que, após a alteração promovida pela EC 33/2001, há incidência do ICMS sobre as importações de bens e mercadorias, por pessoas físicas ou jurídicas, ainda que não seja contribuinte habitual, independentemente da finalidade dessa aquisição. 2. Agravo Regimental desprovido.*

(STJ - AgRg no AREsp: 166757 RS 2012/0077446-5, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Data de Julgamento: 21/06/2012, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 29/06/2012)

Ademais, do Decreto 55.555/2010, que introduziu alteração no RICMS, extrai-se que, para que haja isenção na importação de equipamento médico hospitalar, sem similar produzido no país, promovida por clínica ou hospital que preste serviços médicos e realize exames radiológicos, de diagnóstico por imagem e laboratoriais é necessário que: a) a clínica ou hospital preste serviços de saúde a usuários do SUS e b) a inexistência de produto similar produzido no Brasil seja atestada por órgão federal competente ou por entidade representativa de setor produtivo de máquinas, aparelhos e equipamentos, com abrangência em todo o território nacional.

Ocorre que a autora não demonstrou, cabalmente, que está integrada à rede assistencial do SUS, assim como a inexistência de produto similar em território nacional, atestada por órgão competente, além da informação de que os pacientes do SUS seriam os únicos beneficiados com a aquisição do equipamento. Ainda que o documento de fl. 49, emitido por hospital conveniado, faça menção a atendimento de pacientes da rede pública, referente ao período de janeiro de 2007 a dezembro de 2012, nada consta sobre a vigência desse atendimento ao tempo



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

da aquisição do equipamento.

Sendo assim, o requisito para preenchimento da isenção não foi atendido pela ré, não fazendo jus, portanto, à restituição pretendida.

A Corte Bandeirante, em casos análogos, tem decidido na mesma senda:

*Agravo de Instrumento Exceção de pré-executividade ICMS Importação de equipamentos médicos por prestadora de serviços de diagnósticos para uso próprio Tributo devido Inteligência da Emenda Constitucional nº 33/2001 Fato gerador posterior à sua vigência Agravo não provido.*

(Agravo de Instrumento nº 0050774-83.2013.8.26.0000, Relator(a): Marrey Uint; Comarca: São José dos Campos; Órgão julgador: 3ª Câmara de Direito Público; Data do julgamento: 16/04/2013; Data de registro: 18/04/2013)

*MANDADO DE SEGURANÇA. Importação de equipamento médico sem similar produzido no Brasil. Pretensão à isenção de ICMS. Decreto nº 55.555/2010. Necessidade da clínica ou hospital estar prestando serviços à usuários do Sistema Único de Saúde. Requisito não preenchido pela impetrante. Isenção que deve ser interpretada de forma restritiva. Sentença que denegou a ordem. Recurso não provido. (Apelação nº 0046220- 48.2010.8.26.0053, Relator(a): Antonio Carlos Villen; Comarca: São Paulo; Órgão julgador: 10ª Câmara de Direito Público; Data do julgamento: 04/02/2013; Data de registro: 05/02/2013)*

Por fim, não é demais lembrar o enunciado da súmula 661 do Supremo Tribunal Federal: “Na entrada de mercadoria importada do exterior, é legítima a cobrança do ICMS por ocasião do desembaraço aduaneiro”.

Ante o exposto, julgo o processo, com resolução do mérito e **IMPROCEDENTE** os pedidos iniciais, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

Condeno a parte autora a arcar com as custas judiciais e os honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor da causa.

**P.I.**

São Carlos, 10 de março de 2017.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**